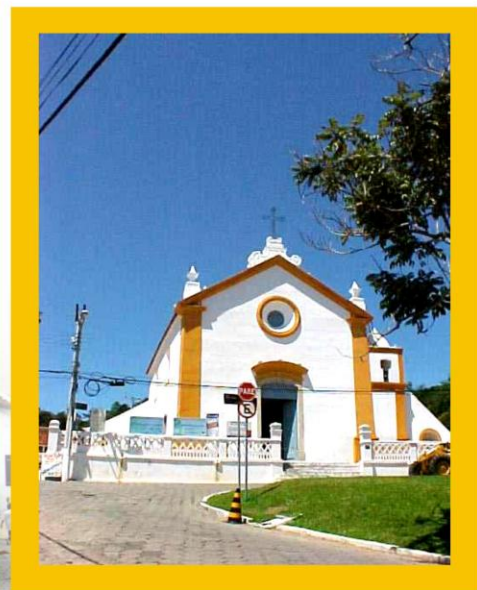


PROJETO RENOVAR



FLORIANÓPOLIS

Política de Preservação do Patrimônio Cultural
de natureza material



SEPHAN

Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município



FLORIANÓPOLIS / SC

POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Elaboração

GERÊNCIA DO SEPHAN

Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município

Arq. Betina Maria Adams

Rest. Maria Anilta Nunes

Arq. Suzane Albers Araújo

Agosto de 2012

Revisão

FLORIANÓPOLIS: O MUNICÍPIO

O Município de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, localiza-se entre os paralelos de 27° 10' e 27° 50' de latitude Sul, e entre os meridianos de 48°25' de longitude Leste. Possui uma área territorial de 438,56 km² (incluindo os últimos aterros hidráulicos), onde 426,60 Km² são referentes à Ilha de Santa Catarina e 11,90 Km² a porção continental, sendo que a Ilha situa-se próxima à costa continental, delimitando as baías norte e sul, que são divididas por um estreito canal, com largura aproximada de 500 m. Segundo fontes do IBGE sua população em 2010 era de 421.240 mil habitantes.

Primitivamente a região era habitada por povos indígenas, dos quais destacam-se a nação guarani. Por volta de 1673¹ é fundada pelo bandeirante paulista Francisco Dias Velho a povoação de Nossa Senhora do Desterro, sendo esta elevada à categoria de vila em 23/03/1726, desligando-se da vila de Santo Antônio dos Anjos da Laguna. Seu processo de ocupação se consolidou no século XVIII e está vinculado ao plano de defesa do território português no Brasil Meridional, com a construção de fortificações e do incremento do povoamento com a vinda de imigrantes açorianos. Em 1823, a vila de Nossa Senhora do Desterro transforma-se na categoria de cidade e, a partir de 3/10/1894, sua denominação passa a ser Florianópolis.

Sua paisagem e diversidade cultural conferem atratividade e dinamismo à cidade. Suas características singulares impulsionam o turismo que se expande além do período de verão, assim como atrai investimentos na área tecnológica e novos moradores vindo de outras regiões dos pais e do exterior. Entretanto, é salutar lembrar que muitas vezes são diagnosticadas ameaças a paisagem cultural, entre estas a especulação imobiliária, pondo em risco o patrimônio singular existente em Florianópolis. Assim, com vias à preservação de nosso patrimônio cultural e ao dinamismo das diferentes formas de expressão é imprescindível a interação entre o Plano de Políticas Culturais do Município e o Plano Diretor Participativo Sustentável, que dispõe sobre o uso e ocupação do solo e cria novas categorias de preservação entre estas: a paisagem cultural, os cones de visibilidade e os locais de memória.

PATRIMÔNIO CULTURAL E PRESERVAÇÃO

A trajetória da preservação do patrimônio cultural não é algo recente. Essas discussões acerca dos valores histórico e estético das obras antigas são relatadas no Renascimento. A evolução deste pensamento se fez mais presente no fim do século XVIII com as reflexões sobre a importância do contato entre culturas passadas e futuras. Nos séculos XIX e XX foram firmando-se sistematicamente as idéias preservacionistas, tendo como base o avanço dos estudos da história da arte, da arqueologia e da incorporação do suporte científico à restauração.

Dentre as teorias surgidas no século XIX, sobre intervenção em bens culturais, destacam-se a do arquiteto francês Eugène-Emmanuel Viollet Le Duc, do inglês John Ruskin e do italiano Camillo Boito. Entretanto, Ruskin e William Morris aprimoraram o pensamento conservacionista, quando enfatizaram a importância do tempo histórico e da autenticidade em relação ao objeto original. Estes incluíram os conjuntos urbanos e os edifícios isolados, como patrimônio sujeito à preservação e conceberam a proteção dos monumentos históricos em escala internacional.

Durante o século XX, firma-se o valor documental dos monumentos. Inicialmente com Alois Riegl que, teceu análise crítica sobre monumento histórico, a partir de uma visão social e filosófica do objeto. Segundo Choay (2001), sua análise encontra-se estruturada em duas categorias de valores: os de rememoração, relacionados ao passado e à memória, construída e armazenada a partir do sentido de afetividade e, os valores de contemporaneidade.

¹ A data de fundação é controversa, utilizou-se aquela utilizada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

A partir da criação da UNESCO² e ICOMOS³ estas reflexões passam a ser difundidas por meio das cartas patrimoniais. Destaca-se a Carta de Veneza (1964) que estabelece a relação do termo monumento à memória e conceitua o mesmo como, a criação arquitetônica isolada e aos sítios, urbano ou rural, que dão testemunho de uma civilização. A referida carta propõe que as ações de preservação do patrimônio cultural façam parte do planejamento urbano.

A Carta de Restauro (1972) trata dos critérios técnicos de restauração com vias a salvaguarda e a autenticidade das obras de arte, compreendidas aos monumentos arquitetônicos, às pinturas e esculturas, desde o período paleolítico até as expressões figurativas das culturas populares e da arte contemporânea. Neste mesmo ano, a Convenção sobre Patrimônio Material da UNESCO, abarca também as questões relativas ao patrimônio natural, e tece considerações sobre a interação do homem com seu meio.

A carta Européia do Patrimônio Arquitetônico (Amsterdã, 1975) trata dos conceitos relativos à conservação integrada e, ao uso de recursos jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos, além dos engajamentos políticos e comunitários à sua obtenção. A referida carta considera a necessidade da criação de inventários e a divulgação dos bens culturais, a qual deve contar com a participação comunitária, incluindo na tomada de decisões.

Em 1992, no México, o Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO define e aprova o termo Paisagem Cultural, como produto das interações significativas entre o homem e o meio natural. Sendo este o primeiro instrumento legal reconhecido internacionalmente sobre a preservação da paisagem cultural. Por tratar-se de ação humana dinâmica, para sua melhor compreensão e tratamento, a mesma está classificada em: 1) Paisagens claramente definidas, desenhadas e criadas intencionalmente; 2) Paisagem evoluída organicamente; 3) Paisagem cultural associativa.

A Conferencia da UNESCO (Paris, 2003) define como patrimônio cultural imaterial, os usos, as representações, as expressões, os conhecimentos e as técnicas, junto com os instrumentos, os objetos, os artefatos e os espaços culturais, inerentes às comunidades, aos grupos e aos indivíduos portadores de conhecimento, parte integrante de seu patrimônio.

A Declaração de Xi'an (2005), aborda as questões relativas ao significado de entorno do bem cultural, o qual deve ser percebido além dos aspectos físicos e visuais. O entorno do bem cultural deve ser compreendido como a interação deste com o ambiente natural, as práticas sociais ou espirituais passadas ou presentes, costumes, conhecimentos tradicionais, usos ou atividades, e outros aspectos do patrimônio intangível que criaram e formaram o espaço. Assim, objetivando a conservação do patrimônio cultural, deve-se fazer o acompanhamento e a gestão das mudanças que ameaçam o entorno, por meio de indicadores qualitativos e quantitativos.

Dentre os pensamentos mais recentes relacionados à preservação dos bens culturais encontram-se a Declaração de Quebec (2008), que discorre sobre a preservação do espírito do lugar. O referido documento abrange o caráter vivo e permanente de monumentos, sítios e paisagens culturais. Por seu caráter dinâmico, sugere o envolvimento das comunidades tradicionais na proteção da memória, vitalidade, continuidade e espiritualidade destes lugares.

Salienta-se que segundo Manguel (2001) toda imagem tem uma história para contar, estando esta associada às idéias estéticas e à crítica. Argan (1998), referindo-se a importância da obra de arte salienta que estas são resultados de um conjunto de relações que se estendem ao longo dos anos, por exerceram uma influência determinante mesmo à distância de séculos. Assim, não se pode excluir que sejam consideradas como pontos de referência num futuro próximo ou distante, ou seja, para alcançar seu significado histórico e estético da obra como patrimônio cultural é imperativo o ato de olhar e apreciar, possibilitando o estabelecimento do diálogo entre a obra e o espectador, reconhecendo seu valor como patrimônio cultural.

² UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, criada em 1945.

³ ICOMOS: Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, criado em 1964.

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO ÂMBITO FEDERAL

A preservação cultural no Brasil teve sua origem em princípios do século XX com o Movimento Modernista, constituído por intelectuais da época que tinham como proposta romper com o passado, buscando uma nova linguagem estética interligada à singularidade e as raízes culturais brasileiras. Assim, em 30/11/1937 é publicado o Decreto Lei Federal 25/37, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e define o Tombamento, como instrumento de preservação de imóveis com valor cultural. Posteriormente, o patrimônio arqueológico e pré-histórico foi protegido através da Lei Federal 3024/61.

A Constituição Brasileira de 1988, em seus artigos 215 e 216, define que o patrimônio cultural brasileiro é composto de bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, incluídos aí os modos de criar, fazer e viver dos grupos formadores da sociedade brasileira. Assim, o patrimônio cultural não é percebido como bem isolado, mas integrado e dinâmico, formado a partir das expressões sociais, cabendo ao Estado protegê-lo com o apoio da sociedade.

Após a promulgação da Constituição Brasileira é dada ênfase a necessidade de preservação do patrimônio imaterial. O Decreto Federal nº 3551, de 04 de agosto de 2000, cria o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). Este instrumento tem por finalidade aprofundar o conhecimento sobre a história e a trajetória da expressão cultural, sobre as condições sociais, materiais e ambientais, bem como diagnosticar as ameaças e os riscos a sua preservação. Ressalta-se que a salvaguarda deste patrimônio está direcionada aos grupos e indivíduos detentores destes saberes e práticas, que os transmitem e os mantêm.

O grande avanço conceitual na preservação do patrimônio cultural brasileiro, diz respeito à paisagem cultural, definida pela Portaria Federal nº 127, de 30 de abril de 2009, como uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores. A chancela da paisagem cultural é uma ferramenta estratégica e faz parte da gestão compartilhada entre o poder público e cidadãos, que dividem a responsabilidade pela preservação de lugares singulares. Anterior à chancela, faz-se necessário o estabelecimento de pacto de gestão entre os atores envolvidos no processo, buscando garantir a preservação das características peculiares de relação entre homem e lugar de relevância simbólica.

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM FLORIANÓPOLIS

O município de Florianópolis possui um riquíssimo patrimônio cultural, marcado por sua paisagem cultural. Tal característica tem legitimado a política de proteção do patrimônio instalada em 1974, consolidada por meio de ações urbanísticas, desde a década de 1980. A revisão do Plano Diretor Participativo Sustentável de Florianópolis, atualmente em fase de conclusão, tem como uma das estratégias básicas a valorização do seu patrimônio cultural e de sua paisagem.

Na estrutura municipal as atribuições sobre o patrimônio cultural estão divididas entre o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF, por meio da Gerência do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Natural - SEPHAN, responsável pelo patrimônio cultural de natureza material e a Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes, responsável pelo patrimônio cultural de natureza imaterial.

DO PATRIMÔNIO MATERIAL

O reconhecimento da importância de Florianópolis ocorreu nos primórdios da legislação federal, em 1938, com o tombamento em âmbito federal de quatro das fortalezas do sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina.⁴

O processo de preservação do patrimônio cultural em Florianópolis iniciou-se em 1974, com a Lei Municipal 1202, de 02/04/1974, que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, artístico e natural do município e cria o órgão competente, SEPHAN. Este fato coloca Florianópolis como o primeiro município brasileiro a instituir uma legislação de tombamento em âmbito municipal.

A partir de 1979 o SEPHAN faz parte da estrutura do IPUF. Desde então, a preservação do patrimônio cultural é compreendida como um dos elementos integrantes do planejamento urbano do município, que vem intensificando sua política de preservação, numa relação próxima com aqueles proprietários que decidem recuperar os imóveis tombados, ou construir em terreno remanescente.

Em âmbito municipal, a proteção do patrimônio cultural de caráter material se dá por meio dos seguintes instrumentos:

1. Decreto de Tombamento: instrumento assinado pelo Executivo e decorrente de processo administrativo de tombamento;
2. Legislação Urbana: os Planos Diretores de Uso e Ocupação do Solo instituíram as Áreas de Preservação Cultural – APC, delimitadas em plantas urbanas, definindo conceitos e normas de uso e manejo.
3. Benefícios urbanísticos e fiscais complementares, a exemplo da isenção de IPTU e a transferência do direito de construção.

Atualmente existem 10 conjuntos tombados⁵ na área central, além de tombamentos isolados. Também se encontram protegidos os núcleos históricos do interior da ilha⁶, totalizando aproximadamente 500 edificações preservadas em âmbito municipal. Estima-se que 60% do universo patrimonial de natureza material se apresentam em bom estado de conservação, aproximadamente 30% em estado razoável e 10% em estado precário.

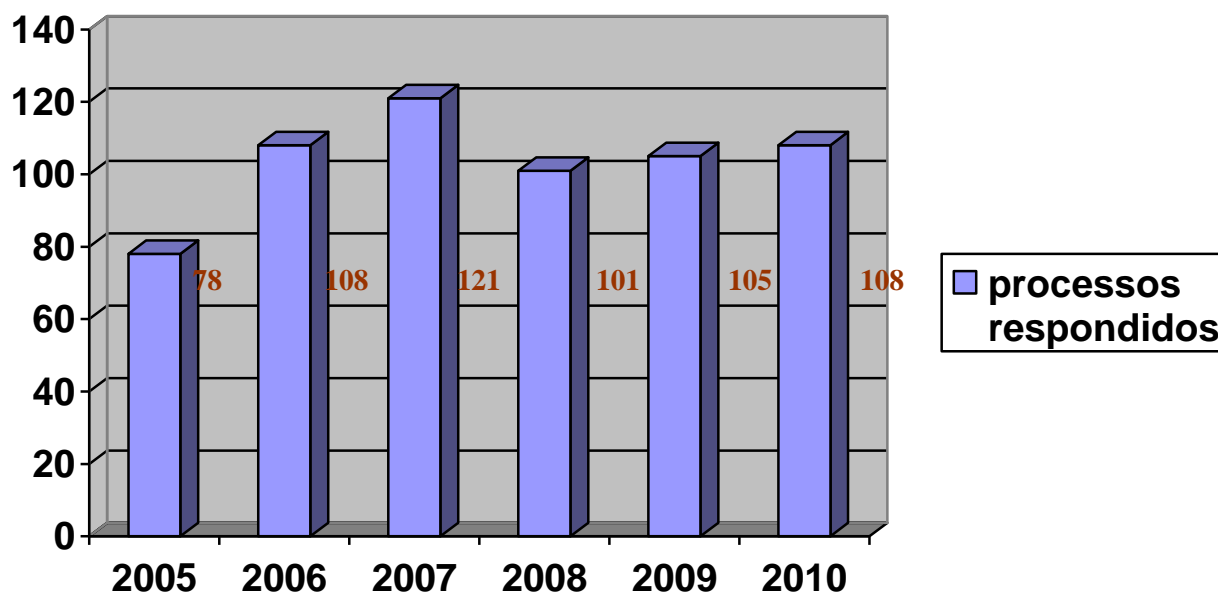
A recuperação do imóvel privado protegido é realizada pelos proprietários, entretanto, há a participação indireta do município na preservação destes, por meio da concessão de incentivo fiscal e urbanístico. Estas concessões são fornecidas mediante a solicitação do proprietário, por processos administrativos de Isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e/ou de Transferência do Índice de Construção. Conforme o estado de conservação da edificação é possível conceder a redução de até 100% do IPTU. Por tratar-se de uma avaliação anual, este instrumento favorece o monitoramento de imóveis tombados, sendo este um dos indicadores utilizados pelo SEPHAN para avaliar o estado de conservação de imóveis protegidos.

⁴ São tombadas em 1938, a nível federal, em Florianópolis, as Fortalezas de Santa Cruz (Ilha de Anhatomirim); Fortaleza de Santo Antônio (Ilha de Ratonas); Fortaleza de São José da Ponta Grossa (Praia do Forte); Forte de Santana. Estes tombamentos foram efetivados nos 6 primeiros meses de vigência da legislação e estão entre os 60 primeiros tombamentos realizados em âmbito federal (ADAMS, 2002).

⁵ A saber: Conjunto do Centro Histórico; Conjunto do Hospital de Caridade; Conjunto do Bairro Mato Grosso; Conjunto do Bairro da Tronqueira; Conjunto da Rua General Bittencourt; Conjunto da Rua Hermann Blumenau; Conjunto Nossa Senhora do Rosário; Conjunto da Praia de Fora; Conjunto da Rua do Passeio; Conjunto Rita Maria.

⁶ Núcleos históricos do Ribeirão da Ilha; Santo Antônio de Lisboa, Lagoa da Conceição, Canasvieiras e São Sebastião do Campeche. Caminho histórico e casario da Costa da Lagoa.

TABELA DE PROCESSOS DE ISENÇÃO DE IPTU RESPONDIDOS (entre 2005 e 2010)



Ressalta-se que parte dos problemas diagnosticados no acervo protegido decorrem da falta de manutenção, de intervenções inadequadas, dos avanços tecnológicos, da globalização, que interfere no comportamento social e conseqüentemente na mudança de valores. Estes fatores transformam o processo de urbanização das cidades e conseqüentemente, sua paisagem cultural. A padronização de valores e uniformização da paisagem provoca a perda da identidade local. Este fator é considerado danoso a um município que tem como uma de suas bases econômicas o turismo.

Florianópolis apresenta grande dinamismo de ocupação urbana, apresentando hoje uma taxa de crescimento populacional de 2,7%.⁷ Este adensamento ocupacional e a especulação imobiliária têm contribuído para perdas significativas do patrimônio e da paisagem cultural. É um desafio aliar esta dinâmica à preservação do patrimônio, ou seja, contrapor a memória local e a conservação da paisagem cultural, à tendência de radical transformação, presente em muitas cidades.

Como medida emergencial, faz-se necessário inventariar as correntes arquitetônicas mais recentes, as antigas unidades de produção, compreendidas pelos engenhos de farinha e de cana de açúcar e alambiques⁸, os antigos caminhos e trilhas históricas, as colônias de pesca, partes integrantes de nossa paisagem cultural, de modo a elaborar um plano de conservação, buscando a sua salvaguarda. Também é essencial identificar, proteger e valorizar a vocação de cada bairro. Estas ações deverão estar garantidas no Plano Diretor e serem pactuadas entre os agentes envolvidos, favorecendo a chancela da paisagem cultural de Florianópolis, fortalecendo o incrementando do turismo cultural.

O turismo aliado à cultura favorece a geração de renda, a inclusão social e a preservação da paisagem cultural, tornando-se uma economia viável ao município. Assim, salienta-se a necessidade de preservação e salvaguarda de nossa maior fonte de riqueza, que é a paisagem cultural.

⁷ Segundo Paulo Campanário (nov. 2007), a taxa de crescimento de Florianópolis entre 2005–10 foi de 2,73%. Hoje está havendo uma redução no crescimento populacional que chegou a 3,5% para o período de 1995-2000. (Fontes: Censos de população de 1980, 1991 e 2000; Registro Civil, número de ligações elétricas residenciais e Modelo Evadan).

⁸ Parte do acervo se perdeu em parte decorrente da falta de incentivos fiscais e da dupla tributação de impostos.

Também são de fundamental importância ações educativas que promovam a conscientização da população e a difusão do significado do patrimônio cultural. Entre elas, a inserção na grade curricular das escolas municipais, de forma interdisciplinar, questões relacionadas ao patrimônio cultural e à cidadania. Além da transversalidade entre as Secretarias Municipais e dos pontos de cultura de modo a favorecer e fortalecer a preservação de nossa paisagem cultural e as formas de expressão.

DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

O patrimônio arqueológico foi contemplado nos Planos Diretores (Lei nº 2193 e Lei Complementar nº 001/97) através da criação das Áreas Arqueológicas (APC-3). Estas áreas são “non edificandi” e de preservação permanente, ressalvadas as edificações necessárias aos serviços de guarda e conservação. A sua delimitação exata fica a cargo do IPHAN⁹, dependendo de sua anuência prévia para a aprovação de projetos e o licenciamento de obras ou de escavações no local.

A Lei Complementar nº 325/08 dispõe sobre os sítios arqueológicos, trata dos bens móveis e imóveis de valor histórico, antropológico, cultural ou arqueológico e institui o Cadastro Municipal de Sítios Arqueológicos que ficará a cargo do SEPHAN.

DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

A Lei Municipal nº 7667/2008, de 27/06/2008, institui o Programa Municipal de Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial ou Intangível do Município, constituído por uma diversidade cultural, formada por diferentes origens, entre estas a guarani, a açoriana, a afro-brasileira, com maior grau de influência cultural e a árabe, a alemã, a italiana e a grega, em menor proporção.

A legislação vigente estabelece a necessidade de inventariar, por meio de Registro, os saberes, as celebrações e as manifestações tradicionais. Por intermédio deste instrumento é possível diagnosticar os riscos existentes e a partir do mesmo elaborar um plano para a salvaguarda. Apesar de sua criação em 2008, a Lei ainda não foi posta em prática, não fazendo parte da gestão municipal. Neste sentido, uma das primeiras diretrizes a serem estabelecidas será identificar, mapear, inventariar, diagnosticar e elaborar um plano de gestão para a salvaguarda deste patrimônio.

DOS LOCAIS DE MEMÓRIA

A Política Cultural para os Locais de Memória foi implantada pela Lei 7955/2009 com alterações da Lei nº 8209/2010. Trata-se de locais com significação histórica e cultural, onde aconteceram ou acontecem atividades referenciais. Estes locais serão protegidos através de Inventário e deverão ser posteriormente sinalizados com placas contendo referências culturais e históricas de Florianópolis.

DA PAISAGEM CULTURAL

Por tratar-se de uma concepção recente na preservação do patrimônio cultural, as questões pertinentes à preservação da Paisagem Cultural estão contempladas no Plano Diretor Participativo Sustentável, em fase de conclusão. Assim, os espaços urbanos e rurais que contextualizem bens e ocorrências de significativa expressão cultural, devem ser chancelados pelo município, por meio de seu órgão de preservação competente, como “Paisagem Cultural do Município” mediante processo administrativo específico.

⁹ IPHAN é o Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional.

A salvaguarda dos bens culturais está diretamente relacionada ao identificar-se com este, reconhecendo sua importância cultural, por meio de ações legais e administrativas, a exemplo de seu inventário e da criação de banco de dados, que favoreça o seu monitoramento e a adoção de medidas preventivas. Este banco possibilitará a interação das informações entre o patrimônio material e imaterial e a sua paisagem cultural. Será uma ferramenta à gestão de um plano de conservação destes bens culturais pelos órgãos competentes, objetivando sua preservação às futuras gerações.

FUNDO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO

Deverá ser garantido o Fundo Municipal de Preservação da Paisagem e do Patrimônio Cultural – FMPPPC, previsto no Plano Diretor Participativo Sustentável supracitado.

NUMERO DE BENS TOMBADOS MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

ESFERA DE PRESERVAÇÃO		1938-1973	1974-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2004	TOTAL
MUNICÍPIO	Bem isolado		7	15 (3 voluntários)	11 (5 voluntários)	3 (1 voluntário)	36 (9 voluntários)
	Conjunto urbano		1*	1 (82 uni)* 10 (661 uni) 6 APC (70 uni)	1(a) Ampliação da APC (ca. 150 unidades)		10 (386 uni) 6 APC (70 uni) APC ampliadas
	Acervo museológico						
	Patrim. Paisagístico		2	12 (18 uni)	1		15 sítios
	Bem móvel						
ESTADO	Bem isolado			4**	11*****	3**	4 + 14 ratificações
	Conjunto urbano						
	Acervo museológico			1*			1 ratificação
UNIÃO	Bem isolado	5	1	2+ (3 provisórios****)			8 + 1 ratificação (3 provisórios****)
	Conjunto urbano			(2 provisórios**)			(2 provisórios**)
	Acervo museológico			1 coleção			1 coleção
	Patrim. Paisagístico				1	1	1
	Bem móvel			1 tela			1 tela
TOTAL	Bem isolado	5	8	19	12	4	48 unidades
	Conjunto urbano			10 conjuntos 6 APC	1 (A) Ampliação da APC		10 (386 unidades) 6 APC (70 unid.) APC ampliadas (150 unidades)
	Acervo museológico			1 coleção			1 coleção
	Patrim. Paisagístico		2	12	2		16 sítios
	Bem móvel			1 tela			1 tela

ELABORAÇÃO: SEPHAN Arq. Betina Adams

Obs: (*) são ratificações de atos de proteção ocorridos anteriormente em outra esfera administrativa, ou foram englobados posteriormente em um conjunto maior.

(a) Reavaliação do tombamento dos Conjuntos da Área Central, com inclusão da malha viária. Redução para 386 imóveis tombados.

Fonte: ADAMS. (2001) Tabela 1: Quadro geral do número de bens protegidos por esfera administrativa e período estudado.

FLORIANÓPOLIS

BENS DO PATRIMONIO CULTURAL DE NATUREZA MATERIAL PROTEGIDOS: Centros históricos e elementos da arquitetura militar, oficial, religiosa, vernacular e equipamentos

DISTRITO	DENOMINAÇÃO	SÉCULO	ANO	ARQUITETURA	TOMBAMENTO FEDERAL	TOMBAMENTO ESTADUAL	PROTEÇÃO MUNICIPAL	USO ATUAL
	<i>Arquit. Militar – Fortificações</i>							
Ilha de Anhatomirim	Fortaleza de Santa Cruz		1738	Lu-br	T			UFSC. Restaurada. Aberta à visitação pública.
Ilha de Ratonés	Fortaleza de Santo Antônio		1740	Lu-br	T			UFSC. Restaurada. Aberta à visitação pública.
Praia de Jurerê	Fortaleza de São José da Ponta Grossa (restaurada) e Bateria de São Caetano (1765 – em ruínas)		1740	Lu-br	T			UFSC. Restaurada. Aberta à visitação pública.
Ilha de Araçatuba	Fortaleza de Nª. Sra. da Conceição		1740	Lu-br	T			UFSC. A ser restaurada.
Centro	Forte de Santana		1765	Lu-br	T			Aberto à visitação pública.
Centro	Forte de Santa Bárbara		1786	Lu-br	T			Atual sede da Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes
	ARQUITETURA OFICIAL							
Centro	Palácio Cruz e Sousa	XVIII		Eclet	Ta	T	T	Atual Museu Histórico de SC e sede do Inst. Hist. Geográfico de SC
Centro	Antiga Casa de Câmara e Cadeia		1771	Lu-br Eclet			T	Atual sede da Câmara Municipal de Vereadores
Centro	Antiga Alfândega		1875	N-cla	T		T	Atual sede da ACAP (Assoc. Cat. Artistas Plásticos), e loja de artesanato
Centro	Antiga Inspetoria de Rios e Portos		1897	Eclet			T	Atual “El Divino” e outros.
	ARQUITETURA RELIGIOSA							
Centro	Catedral Metropolitana (antiga igreja Matriz)		1753	Lu-br		T	T	Religioso
Centro	Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência		1815	Lu-br		T	T	Religioso
Centro	Igreja Nossa Senhora do Parto		1861	Lu-br			T	Religioso
Centro	Igreja Nª. Sra. do Rosário e São Benedito		1830	Lu-br		T	T	Religioso
Centro	Igreja São Sebastião		1856	Ne-go			T	Religioso
Centro	Igreja Evangélica de Conf. Luterana		1913	Lu-al			T	Religioso
Centro	Capela do Menino Deus		1760	Lu-br		T	T	Religioso
Centro	Capela do Coração de Jesus	XX		Eclet			T	Religioso
Centro	Capela do Divino Espírito Santo	XX		Eclet			T	Religioso
Córrego Grande	Igreja Puríssimo Coração de Maria	XX		Eclet			T	Religioso
Lagoa da Conceição	Igreja Nossa Senhora da Conceição Império do Divino e casa do Vigário		1751	Lu-br		T	T	Religioso
Sto. Antônio de Lisboa	Igreja Nossa Senhora das Necessidades		1756	Lu-br		T	T	Religioso
Ribeirão da Ilha	Igreja Nossa Senhora da Lapa e Império do Divino		1806	Lu-br		T	T	Religioso
Campeche	Capela de São Sebastião e Império do Divino		1826	Lu-br			T	Religioso
Canasvieiras	Igreja São Francisco de Paula		1830	Lu-br		T	T	Religioso
Rio Vermelho	Capela de São João Batista e Império do Divino		1838	Lu-br		T		Religioso

DISTRITO	DENOMINAÇÃO	SÉCULO	ANO	ARQUITETURA	TOMBAMENTO FEDERAL	TOMBAMENTO ESTADUAL	PROTEÇÃO MUNICIPAL	USO ATUAL
Trindade	Gruta de Nossa Sra. de Lourdes	XX					T	Religioso
EQUIPAMENTOS / INFRAESTRUTURA								
Centro	Ponte Hercílio Luz		1926	Ferro	T	T	T	Fechada. A ser restaurada
Centro	Mercado Público de Florianópolis		1889	Eclet	Ta		T	Comercial
Centro	Antigo Imperial Hospital de Caridade		1789	Eclet Cont			T	Atual Hospital de Caridade
Centro	Antigo Hospital Militar		1872				T	Atual Hospital de Guarnição de Florianópolis
Centro	Maternidade Carlos Corrêa	XX		Eclet			T	Hospitalar
Centro	Antigo Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo		1910	Eclet			T	Atual sede do Inst. De Planejamento Urbano de Fpolis
Centro	Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim		1909	Eclet			T	Asilo
Centro	Antigo Teatro Santa Isabel		1875	Eclet		T		Teatro Álvaro de Carvalho
Centro	Teatro da UBRO		1922	Eclet			T	Teatro
Centro	Antigo Cine Roxy		1929	A-no			T	Atual Salão Arquidiocesano Dom Joaquim
Centro	Antigo Cine Ritz	XX		Eclet			T	Atual Templo da Igreja Renascer em Cristo
Centro	Colégio Coração de Jesus		1898	Eclet			T	Colégio Particular
Centro	Antiga Escola Alemã		1907	Eclet			T	Atual secretaria da Igreja Evangélica Luterana
Centro	Escola Demonstração Lauro Mueller		1912	Eclet			T	Colégio Estadual
Centro	Grupo Escolar Silveira de Souza		1913	Eclet			T	Colégio Estadual
Centro	Antiga Escola de Aprendizes Artífices		1917	Eclet		T	T	Atual sede do BADESC
Centro	Antigo Ginásio Catarinense		1924	Eclet			T	Colégio Catarinense – Colégio particular
Centro	Antigo Instituto Politécnico		1921	Eclet		T	T	Atual Academia do Comércio de Santa Catarina
Centro	Antiga Escola Normal		1922	Eclet		T	T	Atual Faculdade de Educação
Centro	Grupo Escolar Antonieta de Barros	XX		Mod			T	Colégio Estadual
Continente	Antiga Hospedaria dos Imigrantes		1890	Eclet			T	Portal Turístico de Florianópolis, atual sede da SETUR
Centro	Delegacia do Patrimônio da União	XIX		Eclet			T	Serviço Público
Centro	Quartel Geral da Polícia Militar		1899	Eclet			T	Militar
Centro	Prédio da ECT (Correios)		1938	Mod			T	Serviço Público
Centro	Antiga Estação de Elevação Mecânica		1909	Eclet		T	T	Atual Museu do Saneamento
Centro	Antiga Estação de Elevação Mecânica		1916	Eclet			T	Fechada
Centro	Antigo Forno Incinerador de Lixo		1910	----			T	Atualmente cedido ao Grupo Integrado de Obras Sociais
Centro	Casa da Memória						T	Antiga sede da OAB/SC
Centro	Arquivo Público Municipal		1943				T	1ª agência bancária do Banco do Brasil
Centro	Malha Viária histórica na Area Central						T	
ARQUITETURA VERNACULAR								
Centro	Casa Natal de Victor Meirelles	XVIII		Lu-br	T		T	Atual Museu Victor Meirelles
Centro	Sobrados Oitocentistas – Praça XV de Novembro	XIX		Lu-br			T	Atual sede do Grupo de Teatro Armação, do Círculo Ítalo-Brasileiro, e alguns estabelecimentos comerciais
Centro	Casa de Azulejos/Pça XV de Novembro			Lu-br			T	Estabelecimento comercial
Centro	Resid. Gov. Nereu Ramos	XX					T	
Centro	Resid. Historiador Oswaldo R. Cabral		1950	N-col			T	Residência da família
Centro	Residência do ex-Gov. Hercílio Luz					T		
Centro	Antiga Casa do Barão	XIX		Eclet			T	Atual sede do Banco Itaú
Centro	Antiga Casa do Bispo		1908	A-nov			T	Atual sede da Mitra Metropolitana e Arq. Histórico Eclesiástico
Centro	Antigo conjunto fabril da Rita Maria	XIX/ XX		Prod			T	Comercial
Centro	Conjunto do Centro Histórico	----		----			T	141 edificações preservadas de vários estilos
Centro	Conjunto do Hospital de Caridade	----		----			T	15 edificações preservadas de vários estilos
Centro	Conjunto do Bairro do Mato Grosso	----		----			T	26 edificações preservadas de vários estilos
Centro	Conjunto do Bairro da Tronqueira	----		----			T	15 edificações preservadas de vários estilos
Centro	Conjunto da Rua General Bittencourt	----		----			T	10 edificações preservadas de vários estilos
Centro	Conjunto da Rua Hermann Blumenau	----		----			T	15 edificações preservadas de vários estilos
Centro	Conjunto Nossa Senhora do Rosário	----		----			T	05 edificações preservadas de vários estilos
Centro	Conjunto da Praia de Fora	----		----			T	06 edificações preservadas de vários estilos
Centro	Conjunto da Rua do Passeio	----		----			T	07 edificações preservadas de vários estilos
Centro	Conjunto Rita Maria	----		----			T	21 edificações preservadas de vários estilos
Centro	Conjunto da Rua Mauro Ramos	----		----			P	
José Mendes	Conjunto do José Mendes	----		----			P	

DISTRITO	DENOMINAÇÃO	SÉCULO	ANO	ARQUITETURA	TOMBAMENTO FEDERAL	TOMBAMENTO ESTADUAL	PROTEÇÃO MUNICIPAL	USO ATUAL
Saco dos Limões	Conjuntos do Saco dos Limões	----		----			P	
Saco dos Limões	Antigo Armazém Vieira	XX		Eclet			T	Bar "Armazém Vieira"
Agronômica	Antigo Santa Catarina Country Club	XIX		Eclet			T	Antiga Chácara da Pedra Grande. Atual salão de festas de edifício residencial.
Lagoa Conc	Conj. da Rua João Pacheco da Costa	XX		Eclet			T	03 edificações comerciais – atual Confraria das Artes
Lagoa Conc	Antiga Estação Rádio Telegráfica		1912				T	Atual Centro Cultural Bento Silvério
Lagoa Conc	Área de Preservação Cultural (APC-1)	----		----			T	10 edificações preservadas de vários estilos
Sto. Antônio de Lisboa	Casarão e engenho dos Andrade		XIX	Lu-br Prod		T	T	Residência e uso cultural.
Sto. Antônio de Lisboa	Área de Preservação Cultural (APC-1)	----			Ta		T	Edificações preservadas de vários estilos
Sambaqui	Antiga Alfândega de Sambaqui		1850	Lu-br			T	Atual sede da Associação de Moradores de Sambaqui e venda de artesanato
Ribeirão da Ilha	Edificação Rural na Costeira do Ribeirão			Lu-br	T			Residência e engenho
Ribeirão da Ilha	Área de Preservação Cultural (APC-1)	----		----	Ta		T	50 edificações preservadas de vários estilos
Caieira da Barra do Sul	Engenho	XIX		Prod			T	Uso cultural
Rio Vermelho	Edificação rural	XIX		Lu-br			T	Uso cultural
Estreito	Antiga Casa de Chácara	XIX		Lu-br			T	Atual Museu do Presépio
	Museus							
Centro	Palácio Cruz e Sousa	XVIII		Eclet	Ta	T	T	Atual Museu Histórico de SC e sede do Inst. Hist. Geográfico de SC
Centro	Casa Natal de Victor Meirelles	XVIII		Lu-br	T		T	Atual Museu Victor Meirelles
Centro	Museu de Armas Major Antônio de Lara Ribas (Forte de Santana)							Museu
Centro	Museu do Homem do Sambaqui (Colégio Catarinense)			Eclet	T	T	T	Tombada a coleção arqueológica Padre João Alfredo Rohr
Centro	Antiga Estação de Elevação Mecânica		1909	Eclet		T	T	Atual Museu do Saneamento
Centro	Museu da Ponte Hercílio Luz							Museu
Estreito	Museu do Presépio	XIX		Lu-br			T	Museu e uso cultural

Elaboração: SEPHAN / IPUF / PMF

LEGENDA :

Lu-br	luso-brasileiro	N-col	neo-colonial
A-de	art-decô	N-go	neo-gótico
N-cla	neo-clássico	Mod	modernismo
Eclet	eclético	Cont	contemporâneo
Lu-al	luso alemão	Prod	arquitetura de produção
A-no	art-nouveau		

Desc - descaracterizações significativas que alteraram a concepção arquitetônica original

T - bens tombados (âmbito federal, estadual e/ou municipal)

Ta - bens em processo de tombamento

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

- ADAMS, B. e ARAIJO, S. A. (2001), **Ilha de Santa Catarina: Notas para o estudo da contribuição portuguesa na ocupação do território**. In: Farias, V. F. **De Portugal ao sul do Brasil: 500 anos**, pp. 684-697; 817. Florianópolis.
- _____. (2004). **Sistema defensivo de la Ilha de Santa Catarina y centro histórico de Florianópolis**. In: Ciudades Historicas Iberoamericanas: Encuentro Científico Internacional. Madrid y Cuenca/España, 27 de septiembre a 1 de octubre de 2004. (Monuments and Sites: XIV). (893 pages) (pg. 105-135).
- ADAMS, B. (2002). **Preservação urbana: gestão e resgate de uma história**. Florianópolis: Ed. da UFSC.
- ARGAN, G. C. **História da arte como história da cidade**. Trad. Pier L. C.. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**: e Glossário. Rio de Janeiro: FAE, 1989.
- BRASIL. MinC, IPHAN. **Caderno de Documentos n. 3. Cartas Patrimoniais**. Brasília, 1995.
- CAMPANARIO, P.. **Florianópolis**: dinâmica demográfica e projeção da população por sexo, grupos etários, distritos e bairros (1950-2050), Prefeitura Municipal de Florianópolis, IPUF, doc digital, novembro 2007.
- FREIRE, Cristina. **Além dos Mapas**: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. SP: SESC: 1997.
- IHGSC – parecer técnico.
- IPUF/SEPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico do Município. **Arquivo**.
- _____. (2005). **PROJETO RENOVAR: preservação do patrimônio histórico cultural de natureza material de Florianópolis / Santa Catarina**. Florianópolis: IPUF.
- _____. (2007). **Plano Diretor de Florianópolis: Patrimônio Histórico e Cultural de Natureza Material: Diretrizes Básicas**. Florianópolis: IPUF.
- _____. (2007). **Plano Diretor de Florianópolis: Patrimônio Histórico e Cultural de Natureza Material: Diretrizes Básicas**. Florianópolis: IPUF.
- MANGUEL, A.. **Lendo imagens**. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.
- NUNES, M.A. 2006. **Sistemas construtivos e sua preservação**: retábulos executados entre os séculos XVIII e XIX, da arquitetura religiosa de Florianópolis, SC. 187 p. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

CRÉDITOS

Arq. Msc. Betina Adams
Arq. Suzane Albers Araújo
Rest. Maria Anilta Nunes
Ass. Social Dorothea Hagemann
Técnica Olga Rabello